

## Mulheres de Moçambique na revista *Tempo*: o debate sobre o *lobolo* (casamento)

---

Jacimara Souza Santana

Mestre em História  
Universidade Federal da Bahia

---

### Resumo:

Em Moçambique, país da região austral da África, a emancipação feminina tornou-se uma prioridade das políticas sociais do governo após a independência, em 1975. Conforme decisão do 1º Seminário Nacional da Informação, a revista *Tempo* deveria apoiar de forma mais sistemática o desenvolvimento dessa política por meio da publicação regular de assuntos de interesse das mulheres em suas edições, incluindo atividades desenvolvidas pelo governo e pela Organização das Mulheres de Moçambique (OMM). A política de emancipação proporcionou às mulheres a ocupação de novos papéis sociais e maior visibilidade pública. Entretanto, sua execução apresentou significativas contradições com algumas culturas locais. Apesar de alguns valores culturais terem sido desqualificados e combatidos pelo governo, sua prática não foi sucumbida do cotidiano popular, e em alguns casos recrudescceu. Este artigo discute os impactos dessa contradição referente à prática do casamento ancestral, denominado de *lobolo*, a partir das cartas dos leitores da revista *Tempo*.

---

### Palavras-chave:

Moçambique • emancipação feminina • *lobolo*

**E**m Moçambique,<sup>1</sup> após a independência, o *lobolo* foi a prática cultural mais discutida nas páginas da revista *Tempo*.<sup>2</sup> Na seção “Carta dos leitores”, o leitor Dade Amade Barros, do distrito de Zavala na Província de Inhambane, afirmava que, embora a prática do casamento tradicional fosse contrária aos princípios do partido e do governo, não passavam 3 ou 4 números da *Tempo* sem que houvesse a publicação de uma carta denunciando a continuidade dessa prática. Na sua opinião, tratava-se de uma contradição insustentável, uma vez que impedia a emancipação das mulheres, “o avanço do socialismo e a luta contra o subdesenvolvimento do país” – embora, na visão dos mais velhos consultados pelo próprio leitor, o *lobolo* fosse visto como um acordo entre famílias e uma forma de legitimar o casamento.<sup>3</sup>

O volume considerável de cartas enviadas à redação da *Tempo* motivou-a a coordenar um debate sobre o assunto. Propôs ao público leitor discutir as formas pelas quais o *lobolo* era praticado no País, suas variações, problemas, inclusive em relação ao projeto revolucionário, e possíveis soluções. Isso fez com que o número de cartas sobre o tema fosse maior, oferecendo informações, experiências individuais e opiniões diversas que propiciaram um entendimento sobre as origens dessa prática e algumas mudanças sofridas na sociedade moçambicana após a independência.<sup>4</sup>

Por meio de uma extensa carta, o estudante de história Vitorino Ferreira Sambo, residente da Província de Maputo, apresentou algumas explicações. O *lobolo* tinha suas raízes na forma de organização das sociedades *tradicionais*, a partir das quais a família desempenhava um

1 Moçambique está localizado na região austral da África, especificamente entre Tanzânia e África do Sul. A oeste faz fronteira com Malauí, Zimbábue e Zâmbia, e a leste sua costa é banhada pelo Oceano Índico. Este território é dividido quase que ao meio por um dos maiores rios africanos, o Zambeze, e a diversidade cultural também é uma marca de sua população. Trata-se de um território habitado por vários povos. Eduardo Homem e Sônia Correia indicaram um total de 11 grupos, dos quais derivam 31 línguas. Ver *Moçambique, primeiras machambas*, Rio de Janeiro, Margem, 1977.

2 A revista *Tempo* foi fundada em 1970 por intelectuais ligados à esquerda política de Portugal. Após a independência de Moçambique, a nova política de informação confiou aos meios de comunicação, em especial à revista *Tempo*, o compromisso de apoiar a emancipação feminina, devendo publicar notícias do interesse das mulheres, além de noticiar atividades da Organização das Mulheres de Moçambique (OMM). Apesar do discurso hegemônico do governo e da censura exercida em suas edições, a defesa pela liberdade de imprensa tornou essa revista um campo de brechas, com discursos contraditórios e críticos àqueles do governo no período. As cartas de leitores foram um dos espaços por meio dos quais esses profissionais defenderam suas posições.

3 *Tempo*, 512, 03/08/1980, p. 43.

4 *Tempo*, 598, 28/03/1982, p. 48.

importante papel nas relações sociais e na produção econômica do coletivo, tendo como eixo principal a produção familiar. Assim, o casamento constituía uma instituição significativa porque era por ele que se garantia a produção agrícola e a geração da descendência. Nesse sentido, as mulheres cumpriam um papel central nessas sociedades. O matrimônio, portanto, representava um acordo realizado entre dois grupos familiares sob jurisdição do chefe de linhagem, mas a saída de uma das mulheres da família para o casamento exigia, da família do noivo, uma compensação que deveria ser paga à família da noiva, sendo essa quantia utilizada posteriormente para o casamento de seu irmão. Junod explica que nessas sociedades o casamento não tinha um caráter individual, e por isso se constituía em uma aliança assumida entre as duas famílias, que, para reparar a perda de um dos seus membros, recebia uma compensação.<sup>5</sup>

O leitor Vitorino Sambo ainda comentou que, antes do século XV, essa compensação geralmente era paga em cabeças de gado e cestos. O tipo de oferta veio a mudar em decorrência de os Tsongas terem sofrido um despojo de seu gado por Sochangane (1820),<sup>6</sup> daí o motivo de outros produtos terem sido acrescentados nessas alianças, como pulseiras de latão, brincos, panos, vidrilhos e alguns produtos europeus. Entretanto, em Gaza, o gado continuou a ser a peça principal para lobolar uma mulher e, a partir de 1850, houve um uso generalizado da enxada de fabrico local.<sup>7</sup>

A colonização europeia também trouxe modificações à instituição do lobolo. Segundo a *Tempo*, no modo de organização social ancestral, ele era negociado entre as famílias por intermédio do chefe de linhagem, “em cujas mãos se concentravam a organização e o monopólio das redes matrimoniais”. Porém, sob impacto da colonização, a família alargada foi enfraquecida, assim como o poder dos chefes nessas transações, de modo que o casamento passou a ser uma obrigação individual do noivo, que deveria entrar em acordo com o pai da noiva.

Outro impacto sofrido foi a mudança na forma de pagamento da compensação. Em princípio, a enxada de fabrico local passou a ser importada

5 *Tempo*, 606, 23/05/1982, p. 50; Henrique A. Junod, *Usos e costumes dos bantos: a vida numa tribo do sul de África*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1974, t. I: Vida social, p. 121.

6 Sochangane foi o primeiro rei de Gaza, cujo trono foi assumido por Maguiguana e posteriormente por Ngungunhane.

7 *Tempo*, 606, 23/05/1982, p. 50.

da Europa e, posteriormente, o lobolo passou a ser monetarizado.<sup>8</sup> Por tal razão, muitos moçambicanos passaram a optar pelo trabalho nas minas da África do Sul, pois era esse tipo de atividade que os fazia adquirir uma quantia suficiente para a realização do casamento. Na região meridional de Moçambique, a ida às minas se tornou uma exigência quase geral para aqueles que pretendiam formar uma família, sobretudo devido ao elevado custo do lobolo nessa parte do país.

Foi sobre isso que o leitor Vasco Xaduke Manhique, de Maputo, reclamou em sua carta, intitulada “Não casar por não trabalhar na África do Sul”. Esse leitor expõe ao público sua experiência pessoal vivida em Manjacaze, na localidade de Chilumbele, na Província de Gaza. Ele foi impedido de casar por não ser um mineiro e morar na Capital, pois, segundo o pai de sua noiva, os homens de Maputo gozavam muito e chamavam-se por revolucionários, de modo que se recusavam ao pagamento do lobolo; porém, como a pretendida como esposa não era filha da revolução, o casamento somente se realizaria mediante o pagamento de uma alta quantia e mais 17 cabeças de gado, sendo desnecessária a realização do casamento civil.<sup>9</sup>

Nas notícias da *Tempo* sobre a pesquisa realizada pela OMM em preparação a sua IV Conferência, esse costume foi apontado como uma característica própria das regiões de ascendência patrilinear, ou seja, as províncias da região sul e algumas do centro do País.<sup>10</sup> No entanto, a carta do leitor Henrique N. Nchilamula Mepo, da Força Popular de Libertação de Moçambique (FPLM), mostrou que essa situação estava sujeita a possíveis mudanças. Com experiência em algumas províncias do sul (Maputo, Gaza, Inhambane) e do norte (Nampula e Cabo Delgado), afirmou que, no distrito de Mueda em Cabo Delgado, lugar habitado pela população de origem Maconde, até a luta armada não existia o que se chamava de lobolo, embora por ocasião do “roubo de mulheres”<sup>11</sup> o “ladrão” tivesse de pagar uma

8 *Tempo*, 606, 23/05/1982, p. 51.

9 *Tempo*, 607 30/05/1982, p. 56.

10 *Tempo*, 736, 18/11/1984, p. 15.

11 “O roubo de mulheres” ou rapto era uma estratégia utilizada pelos macondes para manter o equilíbrio entre o número de mulheres e homens em seus agrupamentos familiares. Segundo o leitor Henrique Mepo, entre os macondes tratava-se mais de um acordo da “vítima” com o seu futuro marido como forma de fugir de casamento imposto pelos pais ou de relações conjugais desagradáveis. Para saber mais sobre o assunto, ver Christian Geffray, *Nem pai nem mãe, crítica do parentesco: o caso macua*, Maputo, Ndjira, 2000, pp. 107-157 e Jorge Dias e Margot Dias, *Os macondes de Moçambique, vida social e ritual*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1970.

quantia ao marido ou ao pai. O referido leitor ainda acrescentou que a exigência para o casamento era a de que o marido tivesse o cuidado de vestir a sua esposa e não maltratá-la. Porém, após a independência, o lobolo passou a ser praticado com intensidade, mesmo sob vigilância e perseguição dos Grupos Dinamizadores (GDs), que ameaçavam encaminhar os envolvidos em práticas como essas ao trabalho nas aldeias comunais ou machambas coletivas.<sup>12</sup>

O leitor Paulo Laieque, da FPLM da Província de Nampula, mas residente em Maputo, também confirmou que o lobolo não era uma prática generalizada no norte. Em sua zona, por exemplo, Ribáuè, na localidade de Iapala (Nampula), não havia esse costume; a única exigência para a realização do casamento era que o noivo passasse a morar próximo da casa do sogro, uma regra que se mostrou rigorosa durante o período colonial.<sup>13</sup> A redação da *Tempo* faz semelhante referência em sua reportagem sobre os Macuas (1983), ao citar o seguinte: “o preço pago por uma mulher (lobolo), que é importante no sul do País, não é reconhecido entre os Macuas, o homem realiza geralmente um período de serviço conjugal na machamba da mãe da esposa”.<sup>14</sup>

Apesar de Isaacmam e Stephan concordarem, de igual modo, que o lobolo não é uma prática própria das sociedades matrilineares, mostraram que esta regra tinha exceção. É o caso de algumas populações da região norte, sobretudo aquelas que residem na zona costeira, onde o islamismo teve uma grande aceitação, como os Macuas, por exemplo.<sup>15</sup> O islamismo introduziu uma série de mudanças nas formas de organização das sociedades matrilineares, como reforço da família poligínica, assim como os casamentos prematuros; mudança no vestir das mulheres, forçando-as a cobrir mais o corpo; valor à virgindade entre os povos, que anteriormente usavam a prática do defloramento artificial durante os seus ritos de iniciação; privação das mulheres de alguma proteção que poderiam ter após o casamento por

12 *Tempo*, 603, 02/05/1982, p. 51.

13 *Tempo*, 601, 18/04/1982, p. 53.

14 *Tempo*, 689, 23/12/1983, p. 49.

15 Conforme a análise de Kathleen Sheldon entre os macuas, em 1973, o islamismo era praticado por 35% dessa população, enquanto a religião ancestral atingia 50%, e 10% eram católicos. Kathleen Sheldon, *Pounders of grain: history of women, work, and politics in Mozambique*, Portsmouth, Heinemann, 2002.

residirem próximo às suas famílias; introdução da prática do lobolo onde não existia.<sup>16</sup>

Para o leitor J. Wijenje, residente em Lichinga, capital de Niassa, a experiência de lobolo nessa localidade de descendência matrilinear variava quanto à forma e ao significado conforme os usos e costumes locais dessa Província. Segundo ele, em algumas partes de Niassa, até 1964, o lobolo era um acordo realizado entre os pais do noivo e o tio da noiva, compreendendo a compensação, um valor em dinheiro e uma cabeça de gado, que poderiam ser devolvidos à família do noivo no caso de a esposa não ser virgem ou ser estéril. Essa prática era enraizada em princípios religiosos que ainda se faziam notar até o ano em que ele escrevia a sua carta (1982).<sup>17</sup> Segundo constatação pessoal do leitor Elias Jossias Muleia, de Cuamba, da Província do Niassa, o lobolo não era praticado somente em Moçambique, mas em outros países da África, como Lesotho, Botswana, Suazilândia e África do Sul, embora sob formas variadas.<sup>18</sup>

Na *Tempo*, um extenso artigo mostrou que o lobolo já era um tema em discussão desde o período colonial. Segundo esse texto, no discurso religioso cristão católico ou protestante, o casamento lobolado não era reconhecido como legítimo, e era uma atitude comum entre os missionários exigir dos seus fiéis um novo casamento com mulheres “educadas” nas missões em abandono da esposa lobolada. Por tal motivo, os jovens, apesar de se manifestarem de acordo com o discurso missionário, realizavam três cerimônias na ocasião dos seus casamentos: uma no clã familiar, outra perante o Estado e, por fim, uma na Igreja. No artigo ainda se afirmou que o lobolo era importante para a administração colonial porque sua realização implicava a posse de várias cabeças de gado por esposa. E, na caderneta de cada trabalhador, era obrigatório constar o número de esposas que possuía.<sup>19</sup>

Porém, com o surgimento de uma pequena burguesia negra em Moçambique, essa discussão foi intensificada. Segundo Valdemir Donizette Zamparoni, esse grupo social manifestava suas opiniões em seu jornal *O Africano* e em seu sucessor *O Brado Africano*, incluindo aquelas opiniões

16 Bárbara Isaacman e June Stephan, *A mulher moçambicana no processo de libertação*, Maputo, Instituto nacional do livro e do disco, 1984, pp. 14; 22.

17 *Tempo*, 409, 13/06/1982, p. 55.

18 Sheldon, *Pounders of grain*, p. 16.

19 *Tempo*, 292, 09/05/1976, p. 44.

relacionadas ao lobolo. Para alguns, o lobolo era visto como uma forma de legitimar o casamento e uma prática inofensiva; para outros, significava uma compra da mulher com fins de procriação e trabalho gratuito, devendo ser extinto mediante um processo de educação.<sup>20</sup> Conforme o referido artigo da revista, as proposições abordadas por esse grupo acabaram instigando a discussão em outros órgãos de informação, como a rádio *Clube* e os jornais *Notícias*, *A Tribuna* e *Diário de Moçambique*.<sup>21</sup>

Segundo a *Tempo*, a censura imposta pelo regime fascista silenciou o debate sobre o lobolo por algum tempo, vindo a receber novo impulso em 1963. Nessa ocasião, o Núcleo dos Estudantes Secundaristas Africanos de Moçambique (NESAM) realizou um debate público durante quatro fins de semana com a participação de estudantes e intelectuais. Como resultado das investigações feitas e do debate, o lobolo foi reconhecido como uma prática que deveria ser extinta; então, proliferaram outros artigos e cartas sobre o tema em tom de condenação e defesa.<sup>22</sup>

Nesse artigo, a *Tempo* ainda chamou a atenção para a opinião de etnólogos, como Antônio Rita Ferreira. Para ele, o lobolo tinha como funções compensar a família da noiva; transferir a capacidade reprodutora da mulher para o grupo da família do marido; legalizar a estabilidade do casamento; responsabilizar o marido e sua família pela manutenção e pelo bem-estar da mulher; legitimar os filhos da mulher lobolada; e ser um meio de aquisição de outra unidade reprodutora para o grupo enfraquecido com a saída de um membro.<sup>23</sup> Assim, enquanto no parecer da Igreja, de estudantes e de intelectuais o lobolo deveria ser extinto, etnólogos como Junod e Rita Ferreira ofereciam uma explicação sobre a importância e o significado dessa prática, valorizando o modelo ancestral de organização da sociedade, que, apesar de ter sofrido rupturas com a colonização, ainda mantinha suas continuidades. Contudo, os valores e as instituições que restaram desse modo de organização ainda sofreriam novos abalos em decorrência da onda de mudanças provocadas pelo projeto de desenvolvimento criado pela Frente

20 Valdemir Donizette Zamparoni, "Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques (1890-1940)" (tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1998), pp. 244-245.

21 *Tempo*, 292, 09/05/1976, p. 45.

22 *Tempo*, 292, 09/05/1976, pp. 46-48.

23 A. Rita Ferreira, *Povos de Moçambique: história e cultura*, Porto, Afrontamento, 1975, p. 65.

para a Libertação de Moçambique (Frelimo), em cujo discurso o lobolo volta a ser condenado.<sup>24</sup>

Não posso mais lobolar-te ó Mulher Moçambicana! / Devo ajudar-te a livrar-te dos vestígios da sociedade tradicional / E dos vícios e hábitos da sociedade colonial portuguesa / Para melhor poderes engajar-te na revolução nacional / Achas que ainda deve continuar a ser minha escrava? Pensas que ainda deves ser instrumento de satisfação sexual? / Eu respondo negativamente por ti: Não! / Não! / Não ao lobolo!!! Não à venda degradante do teu corpo<sup>25</sup>

Esse poema, também publicado na *Tempo*, sintetiza a visão que a Frelimo tinha em relação ao lobolo. Seu discurso não foi muito diferente do pensamento da pequena burguesia negra e da Igreja durante o período colonial: a prática continuou sendo vista como uma forma de comprar mulheres e torná-las propriedades privadas dos maridos, que passavam a escravizá-las e explorá-las na sua capacidade produtora e reprodutora. A elas cabia a obrigação de sustentar a família, a responsabilidade do serviço doméstico e a geração de mais “mão de obra”.

Com base nessa visão, a Frente também não reconheceu a legitimidade do casamento lobolado. O governo, visando a superação dessa forma de união, passou a incentivar o casamento civil fundando o Palácio dos Casamentos - onde deveriam se realizar as cerimônias do matrimônio -, assim como passou a apoiar realização de festas de casamentos coletivos. Segundo o novo código legal do país, o casamento civil garantia alguns direitos para as mulheres em caso de divórcio, como a guarda dos filhos com pensão paga pelo marido, o que não era possível na lei consuetudinária nem mesmo nas sociedades matrilineares, em que as mulheres tinham a guarda filial assegurada, mas era um dever da mãe assumir, sem o apoio do ex-marido, a inteira responsabilidade pelas crianças.

Entretanto, apesar de o lobolo ser condenado e perseguido neste governo, sua prática não foi abolida. Ao contrário, houve um recrudescimento; e foi referindo-se a essa situação que o leitor Francisco Gero Cadzibatire propôs o questionamento: “afinal, a revolução vem

24 A Frelimo foi a principal organização nacionalista a lutar contra o colonialismo, e assumiu o governo de Moçambique após a independência.

25 *Tempo*, 292, 09/05/1976, p. 49.

fomentar mais o lobolo?”.<sup>26</sup> Afinal, até mesmo os membros dos GDs exerciam essa prática. Nesse sentido, a carta de Celestino Jorge fala por si, ao emitir sua opinião sobre as possíveis soluções para resolver essa contradição entre o discurso do governo e o cotidiano da população:

Como se pode encontrar uma solução? Uma pergunta pertinente! É fácil gritar “abaixo o lobolo” e “viva a emancipação da mulher”. Mas quando se trata de contribuir para essa emancipação acabando com o lobolo, aí são milhões de moçambicanos a franzir a testa e a torcer o nariz. Porque também têm filhas que para eles significam riquezas, que significam dinheiro que nada mais dizem senão, lobolo, a tentar sobreviver à transformação.<sup>27</sup>

No primeiro governo após a independência, o lobolo foi um dos problemas sociais mais difíceis de resolver. O debate proposto pela *Tempo*, em 1982, ao tornar pública a opinião de muitos a respeito do assunto, mostrou que a população tinha muita dificuldade de se relacionar com o discurso de negação e de combate promovido pelo governo. Se nas cartas enviadas houve grupos que manifestaram sintonia com a ideia, declarando-se a favor do combate, houve muitos outros que, ao contrário, mostraram assumir uma posição sincrética entre o discurso socialista e as “práticas culturais”. Uma das queixas mais repetidas nas cartas enviadas à revista dizia respeito ao elevado preço do lobolo, que, somado a outros “presentes”, dificultava e até impedia a realização de muitos casamentos.

Vários leitores, antes do lançamento desse debate público, já escreviam para a *Tempo* denunciando o alto valor cobrado pelos pais de suas pretendidas noivas, chegando, até mesmo, a solicitar dessa revista alguma intervenção. Entre essas cartas, a de José L. Muquiel mereceu destaque. Nela, o leitor se identificou como morador da localidade de Guma, do distrito de Massinga (Inhambane), e apresentou uma sugestão para resolver o problema: “eu gostaria que o nosso Partido Frelimo pusesse o preço máximo do Lobolo porque em Inhambane no distrito de Massinga uma pessoa que não tem 40.000 MT (meticais) não pode casar com as senhoras de lá”. Sua proposta foi motivo de crítica não somente por parte da redação da revista, que tratou de emitir uma nota em resposta, mas também por outro leitor, Salomão Moyana (Maputo), um ano depois, que reafirmou ser o combate

26 *Tempo*, 292, 09/05/1976, p. 49.

27 *Tempo*, 603, 02/05/1982, p. 53.

contra o lobolo e não contra a “inflação na mulher” e acrescentou que muitos leitores se declaravam contra o lobolo devido ao seu elevado valor, mas, uma vez conseguindo casar, continuavam a ostentar essa prática em relação a suas filhas.<sup>28</sup>

O leitor Antônio M. Berengue Makar, morador de Jangamo (Inhambane), ao reclamar do alto valor do lobolo, especificou o que lhe foi exigido para o casamento. Sua compensação compreendia a entrega de um valor em dinheiro, um boi, um porco, dois cabritos, vários tipos de bebidas, 100kg de arroz, 100kg de açúcar, um relógio, entre outras coisas. E o leitor denuncia que, “em vez de acabar com o lobolo, este só mudou de nome, agora é ECOELELU e varia de preços”. De certo, essa mudança de nome atuava como tentativa de desviar as atenções da vigilância em combate a essa prática, e o leitor Roberto Tomaz, de Maputo, reconheceu ter sido uma estratégia quando citou em sua carta que, “após a ofensiva e divulgações contra o lobolo emitidas pelo Partido, esses inimigos de novas ideias, taticamente substituíram o lobolo por agradecimento”. Dessa forma, não faltaram demonstrações de resistência ao abandono desse costume.<sup>29</sup>

Mas o lobolo devia continuar ou não? Essa foi outra questão que esteve no centro do debate. O leitor Marinho Armando Rocha, funcionário do Ministério da Saúde e natural da Província de Zambézia, apesar de reconhecer que a prática se tratava de um grande problema social – que desde a independência atraía o interesse da maioria das pessoas “engajadas na Revolução”, preocupadas em conhecer as suas origens e elaborar estratégias de combate –, declarou-se a favor do lobolo. Para ele, essa prática era a forma de casamento reconhecida pela população, e por isso a mulher não lobolada era vítima de muitos constrangimentos, tanto por parte de outras mulheres quanto por parte da própria família, que não reconhecia o seu estatuto de casada. O leitor chegou a citar um pronunciamento comum feito por pais de mulheres nessa situação: “o teu marido é que não te reconhece, ele não nos trouxe nada, não tem vergonha, não sabes que é tua amante? Ficas na casa de teus pais é que arranjarás outros que são muitos e nobres”. Também comentou que entre as mulheres existiam aquelas que eram “engajadas nesse papel de combate ao lobolo”, mas que acabavam sendo loboladas por imposição dos pais.<sup>30</sup>

28 *Tempo*, 440, 27/12/1981, p. 52; 598, 28/03/1982, p. 50.

29 *Tempo*, 605, 30/05/1982, p. 60; 601, 18/04/1982, p. 53; 603, 25/04/1982, p. 53.

30 *Tempo*, 601, 18/04/1982, pp. 52-53.

Para o leitor João Júlio Zucula, morador de Nampula, mas natural de Gaza, o lobolo estava no “sangue” e era parte integrante da cultura do povo. No passado tinha sido motivo de festa, mas o significado dessa prática já havia mudado. Se antes tinha um sentido muito mais coletivo, tratando-se de uma gratificação para a família da noiva, àquela altura servia mais como uma forma de lucro para o pai, e por esse motivo era de acordo que o pagamento do lobolo se realizasse levando em conta as condições do noivo. Mas, em contrapartida, houve opiniões desfavoráveis à continuidade dessa prática, inclusive de mulheres.<sup>31</sup>

A maioria das cartas que discutiram esse tema foi escrita por homens, apesar de as mulheres terem manifestado suas opiniões. A estudante de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, Eunice Mucache, de Maputo, com base no conhecimento das origens do lobolo e do seu significado no modelo de organização da sociedade no passado, considerou um erro referir-se ao lobolo como uma “compra”. Entretanto, também mostrou um apurado conhecimento de seu elevado custo – principalmente nas províncias do sul –, o que, em sua opinião, tornava a prática um meio de exploração dos homens, que eram obrigados a se deslocar para o trabalho nas minas, e também de exploração das mulheres pelos seus maridos, porque, uma vez loboladas, estavam à mercê do domínio masculino sobre sua capacidade de trabalho e reprodução, além de maus tratos. Desse modo, o lobolo deveria ser combatido. A leitora Joana Tivane também considerou a violência conjugal como um dos problemas mais graves enfrentados pelas mulheres loboladas e, como sugestão, propôs que os homens também passassem a ser lobolados, embora o leitor Leonardo Samimone Bucucha, de Maputo, considerasse que os maus tratos sofridos por mulheres na vida conjugal não tivessem correlação com o lobolo, mas com o temperamento de seus maridos. A opinião de Bucucha não correspondeu às experiências de algumas mulheres operárias da CAJUCA, localizada na área industrial de Machava, em Maputo.<sup>32</sup>

A *Tempo* realizou entrevistas com as operárias mais antigas dessa indústria de caju porque o lobolo era uma experiência vivida pela maioria delas. Segundo pesquisa de Hermínia Manuense, a ida de muitas mulheres para a cidade de Maputo se intensificou a partir de 1950, em razão de várias

31 *Tempo*, 603, 25/04/1982, p. 52.

32 *Tempo*, 606, 23/05/1982, pp. 57-59; 605, 30/05/1982, p. 57; 609, 03/07/1982, pp. 55-56; 609, 03/07/1982, pp. 55-56.

causas relacionadas às más condições impostas pela administração colonial nas zonas rurais, entre elas a expropriação de terras, os impostos e o trabalho forçado. Mas, para Sheldon, a devolução do lobolo foi um motivo determinante dessa saída e isso foi confirmado no depoimento de algumas operárias sobre as razões de sua migração das zonas rurais.<sup>33</sup> O depoimento de Helena Matsimbe é um exemplo:

Eu separei-me do meu marido porque fiquei muito tempo com ele e não tive nenhum filho. O meu marido chateou-se e foi-se embora para a África do Sul (...). Foi nessa altura que cometi o adultério e fiquei grávida. Meu marido regressou e eu estava prestes a dar o parto. Discutimos muito. Tive o bebê. Tentei criar a criança mas começamos de novo a discutir até que saí de casa e vim para cá. Deixei a criança que tinha em casa dos meus pais, no momento em que me despedia. Eles não me quiseram deixar partir porque achavam que meu marido tinha razão, uma vez que ele só queria ter filhos. (...) Não lhes dei ouvidos e parti assim mesmo (...). Vim para Maputo, trabalhei e fui para a terra devolver o dinheiro do lobolo. Quando voltei de novo a Maputo, comecei a trabalhar para me sustentar. Eu mandava também dinheiro para os meus pais. A criança continuava com eles.<sup>34</sup>

Nas entrevistas publicadas pela *Tempo*, os maus tratos dos maridos reaparecem como fator fundamental da separação de algumas mulheres. No caso de Helena Matsimbe, a esterilidade foi apontada como uma causa determinante dos desentendimentos com o seu marido, uma vez que ter filhos nessa sociedade tinha uma importância fundamental para a descendência e para a conquista de um estatuto social. A esterilidade era extremamente rejeitada. Entre os Tsongas, geralmente, são as mulheres as culpabilizadas pela falta de crianças na vida conjugal. Situações desse tipo resultavam em pedido de divórcio, o que implicava a devolução do lobolo ou o oferecimento de uma segunda mulher da família da esposa para que seu marido pudesse garantir sua descendência. Na experiência das operárias da Caju, as mulheres se sentiam as únicas responsáveis pelo cumprimento da obrigação de devolver o lobolo, uma vez que os pais não apresentavam condições de realizar tal exigência; por esse motivo é que elas se

33 Felizberto Tinga, "Jurei não voltar a ser lobolada", *Tempo*, 408, 06/06/1982, p. 55. Hermínia Manuense, "Contribuição ao estudo da mulher operária no Maputo: o caso da Caju", in: *Eu mulher em Moçambique*, Maputo, República de Moçambique, 1994, pp. 40-59; Sheldon, *Pounders of grain*, pp. 33-61.

34 Manuense, "Contribuição ao estudo da mulher operária no Maputo", pp. 41-42.

aventuravam às más condições de emprego nas cidades. Assim mostra o depoimento de duas operárias:

Fui lobolada muito menor. Quando tinha talvez 7 anos. No lar fui sujeita a duros trabalhos e muito mal agüentava carregar um balde de água. Os meus sogros e o resto da família diziam: “aguenta-te. Para vires aqui teve de sair muito dinheiro desta casa”. Eu é que devia dar banho a toda gente da casa. Depois de crescida, o meu marido levava tudo o que era meu para gastar com amantes, se eu reclamasse era respondida por pancadas. Falava-me em tanto dinheiro que despendeu para o meu lobolo. Como a situação se agravava dia a dia, combinei com mulheres que estavam em situações idênticas a minha para fugir para então Lourenço Marques, procurar emprego para devolver o dinheiro do lobolo, pois o meu marido não se cansava de ir ameaçar a minha família, por causa do dinheiro do lobolo. Comecei a trabalhar na CAJUCA em 1965.<sup>35</sup> [Marta Feijão]

Sou natural de Xai-Xai, devo ter 57 anos neste momento e comecei a trabalhar nesta empresa em 1968, na secção de selecção (...).

Para ser lobolada eu é que escolhi o rapaz segundo os meus gostos, de facto. Fui lobolada por 400,00 MT, que na altura correspondia a um boi de cinco anos de idade. O meu marido era um mineiro, ia constantemente à África do Sul. Instigado pela família, passou a não tratar de mim. A minha presença na família do marido era vista sob a perspectiva do lobolo. Sendo assim, tinha que trabalhar como uma escrava e viver à minha custa. Comecei a sofrer maus tratos juntamente com os filhos. Passei a vestir sacos. A minha sogra ficou indignada e, furiosa levou-me para a casa dos meus pais numa altura em que o meu marido estava na África do Sul. Quando este voltou, tratou de exigir o dinheiro do lobolo imediatamente. Os meus pais recusaram porque a iniciativa de eu regressar à casa dos meus pais foi tecida pela minha sogra. O meu marido, todo enfurecido fez o seguinte: pegou numa catana, zagaia, uma cabaça com água, panelinhas de comida e alguns lençóis com a ajuda de umas estacas fez uma tenda com uma única porta virada para a palhota de meu pai. Partia todos os objectos que estivessem nas mãos de quem quisesse sair para preparar algo para comer. Durante dois dias não se pode preparar nada para uma única refeição.

Alertando o régulo, este veio resolver uma parte do problema, pois conseguiu que o homem desmontasse a tenda e se retirasse para a sua casa (...). Como os meus pais não

35 Tinga, “Jurei não voltar a ser lobolada”, p. 55.

tivessem possibilidade de pagar a quantia exigida, eu fiz uma machamba de arroz que me rendeu o suficiente para devolver o dinheiro do meu lobolo.<sup>36</sup> [Rosária Matavele]

Independentemente das queixas e da rejeição do discurso socialista, o lobolo persistiu, e a OMM, durante a sua IV Conferência (1984), levantou uma nova onda de discussões sobre o assunto. Tratava-se de um momento de maior sensibilidade em relação à cultura popular e um contexto em que a Organização estava revendo muitas de suas posturas. Embora a OMM continuasse a considerar a importância do casamento civil e reafirmasse a necessidade de garantir o acesso da população a essa forma de matrimônio, o lobolo foi admitido como uma forma de casamento ao se constatar que sua prática atingia a maioria das famílias e que era por meio dela que a nova união conjugal se legitimava perante o público. Entretanto, a OMM, no relatório final de sua Conferência, não deixou de reconhecer alguns aspectos julgados como um reforço da inferioridade da mulher e da desigualdade de gênero, que deveriam continuar sendo combatidos: a dimensão de mercadoria e lucro, tão presente em certas regiões do País, assim como certos ritos e tabus que eram uma fonte de opressão para as mulheres. Porém, nesse relatório ou nos artigos e reportagens sobre a Conferência, existiu um silêncio quanto à dominação masculina exercida sobre as mulheres loboladas, assunto tão predominante nas cartas do público leitor.<sup>37</sup>

O lobolo é praticado em Moçambique até os dias atuais. Paulo Granjo, a partir da cerimônia de lobolo de seu amigo Jaime Zucula, realizada em dezembro de 2003, no bairro de Xipamanine (Maputo), identificou diferentes formas de reapropriação dessa prática no tempo presente. Ele observou que o lobolo adquiriu uma variedade de novos significados, mas manteve sua relação com a ancestralidade, aspecto fundamental para o entendimento da sobrevivência dessa instituição até os dias atuais. Segundo Granjo, embora na região sul a descendência seja determinada pela linhagem do marido, o pertencimento a ela somente se efetiva pelo lobolo. Na descrição da cerimônia referida, Granjo cita o *Kuphalha*, o primeiro ritual dessa cerimônia que é destinado à evocação dos espíritos dos antepassados da linhagem, aos quais é dado o direito de aceitar ou não as oferendas do

36 Tinga, “Jurei não voltar a ser lobolada”, p. 57.

37 “Résolution Générale adoptée lors de la Conférence Extraordinaire de l’Organisation de la Femme Mozambicaine (OMM), 1984”, in: *Agência de informação de Moçambique, Maputo*, 6 (1984), p. 8.

lobolo, o que implica proteção ou represália aos noivos. Assim, embora sejam os familiares da noiva que recebem e desfrutam das oferendas, elas são, de fato, dirigidas aos ancestrais.<sup>38</sup>

Segundo Granjo, seu amigo Jaime procurou realizar o lobolo depois de 12 anos de convivência com a sua esposa. As razões de realizar essa cerimônia depois de tanto tempo foram justificadas pelos transtornos e conflitos que o casal vinha enfrentando na sua relação conjugal, interpretados como uma consequência de o lobolo não ter sido realizado. No intuito de superar essa dívida com os antepassados, o casal empregou esforços para providenciar o necessário para a realização da cerimônia. A relação com a ancestralidade constituiu um motivo fundamental dessa necessidade; no entanto, para além dessa dimensão espiritual, Granjo mostrou que é preciso considerar outras de ordem social, como o novo estatuto social que o casal lobolado adquire em seu meio, a legitimação da sua vida conjugal perante o coletivo, o controle sobre a sua descendência e as forças invisíveis, assim como a possibilidade de superar as intempéries da vida conjugal no presente.<sup>39</sup>

A análise de Granjo contribui para explicar algumas lacunas que emergiram no debate sobre o lobolo na *Tempo*. Os leitores, em suas discussões, evidenciaram que essa instituição era bastante valorizada entre os homens, em especial pelos povos do sul, que reclamavam da atitude especulativa dos pais e, no entanto, não deixavam de se sacrificar para obter o valor que lhes era exigido. A razão fundamental apresentada nas cartas para tal esforço foi a compensação da família da noiva pela perda de um dos seus membros. Porém, havia um hiato nessa argumentação, pois ela não levou em conta as mudanças sofridas por essa instituição, apontadas pelos próprios leitores: a desestruturação da família clânica, o uso do lobolo em benefício individual, não sendo a compensação um bem coletivo em circulação, um enfraquecimento do poder dos chefes de linhagem nessas negociações e nas prescrições do uso da terra, o que não garantia o aumento das unidades de produção - embora o elevado preço possa ter levado algumas pessoas a conviver antes mesmo de realizar a cerimônia do lobolo, como foi o caso apresentado por Granjo. Nas cartas enviadas à revista foi

38 Paulo Granjo, "O lobolo do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais", *Travessias. Revista de ciências sociais e humanas em língua portuguesa*, 4/5 (2004), pp. 47-78.

39 Paulo Granjo, "O lobolo do meu amigo Jaime", pp. 57-71.

dada uma extrema importância às crianças que o casal pudesse ter - na opinião de uns, devido à descendência e, na de outros, devido à geração de mão de obra gratuita. Assim, a relação estabelecida por Granjo entre lobolo, linhagem, ancestralidade e vida cotidiana é essencial para um entendimento maior sobre o lugar da descendência e da importância dessa prática.

Nas discussões da *Tempo*, o lobolo apareceu como uma instituição em benefício do homem. Isso também se refletiu na análise que Granjo fez dessa prática do ponto de vista religioso e social, uma abordagem que foi precedida por Junod. Em ambas é nítida a convergência para as necessidades de afirmação do masculino em seu grupo social e na linhagem de seus antepassados. Argumentação semelhante foi apresentada por leitores da revista, segundo os quais essa prática visava compensar a saída de uma mulher da família para o casamento e garantir principalmente a descendência e a produção, além de outros benefícios mais contemporâneos já referidos. Com base nessas discussões, pode ser verificado que a prática dessa instituição, por um lado, denuncia o valor e a centralidade das mulheres nessas sociedades, mas, por outro lado, expõe a dominação exercida pelos homens sobre elas, pois o lobolo parece reforçar esse poder masculino.